



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

### SG-STI-CQ - COORDENADORIA DE QUALIDADE E RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nº SEI/TJPR 0014264-38.2026.8.16.6000  
Nº SEI-DOC 12822753

#### À SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE STIC

#### HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
13/02/2026	1.0	Construção da primeira versão do documento	Paulo Henrique Waromby Roberto Hypólito Braga Caldeira
10/03/2026	1.1.	Revisão do documento após análise técnica	Paulo Henrique Waromby Roberto Hypólito Braga Caldeira

#### DEFINIÇÕES

Em se tratando de aquisição de equipamentos de TI, devem ser consideradas algumas definições importantes para a presente contratação, da seguinte forma:

**Administração:** órgão, entidade ou unidade administrativa da Administração Pública contratante de serviços terceirizados;

**Calendário:** o calendário oficial do TJPR disponível no endereço eletrônico

<http://www.tjpr.jus.br/calendário>;

**Chamado:** as manifestações dos usuários sobre algumas de suas necessidades em relação às áreas de software ou hardware, considerando incidentes ou serviços;

**Contratada:** a empresa vencedora do processo licitatório e responsável pelo objeto;

**Contratante:** o Tribunal de Justiça do Paraná será denominado simplesmente de “CONTRATANTE”;

**CQ:** a Coordenadoria de Qualidade e Relacionamento com o Usuário;

**Equipe de Planejamento da Contratação:** equipe responsável pelo planejamento da contratação, nos termos do Art. 16 da Resolução Nº 468/2022 do Conselho Nacional de Justiça;

**Equipe de Fiscalização do Contrato:** equipe responsável pela fiscalização do contrato, nos termos da Resolução Nº 468/2022 do Conselho Nacional de Justiça;

**Horário Regimental do TJPR:** o período compreendido entre 12 (doze) e 19 (dezenove) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados;

**Infraestrutura de TIC:** abrange todos os componentes técnicos, hardwares, softwares, bancos de dados implantados, procedimentos técnicos e documentação técnica usados para disponibilizar as informações;

**On-site:** para esta contratação, o termo garantia on-site ou serviços on-site são aqueles serviços que devem ser prestados no ambiente do CONTRATANTE;

**Produto:** o objeto do termo de referência, seja ele hardware, software, acessório, periférico ou consumível poderá ser denominado simplesmente de “PRODUTO”;

**RAT:** o Relatório de Atendimento Técnico;

**Resolução Nº 468/2022:** Resolução Nº 468/2022 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;

**Serviço:** meio de entregar valor aos usuários internos ou externos à organização ao facilitar o alcance de resultados almejados;

**SIGA:** a Solução de Informação e Gestão de Atendimentos;

**Solução de TIC:** de acordo com o Art. 2º, Resolução nº 468/2022 do CNJ, todos os bens e/ou serviços de TI que se integram para o alcance dos resultados pretendidos com a contratação, de modo a atender à necessidade que a desencadeou, exceto materiais de consumo considerados pela área administrativa do órgão;

**SETI:** a Secretaria de Tecnologia da Informação será denominada simplesmente de “SETI” e seu endereço oficial é Rua Álvaro Ramos nº 157, 1º e 2º andares, Centro Cívico, Curitiba – Paraná;

**TI:** a Tecnologia da Informação será denominada simplesmente de “TI”;

**TJPR:** o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. NECESSIDADE

A renovação do parque de notebooks no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é uma necessidade que exige solução rápida, pois um grande volume de equipamentos se encontra obsoleto, não possui garantia técnica contratual vigente, necessita de manutenção com frequência e em alguns casos mais extremos não possui peças para reposição ou outro equipamento equivalente para substituição.

Dos 1.521 (mil quinhentos e vinte e um) notebooks ora em uso, somente 247 (duzentos e quarenta e sete) unidades permaneciam com a garantia vigente, vincenda em novembro de 2025. Nesse momento, isso demonstra que 100% (cem por cento) do parque de computadores portáteis não se encontram na condição de receber assistência técnica diretamente do fabricante/fornecedor.

Essa situação pode comprometer a prestação da atividade jurisdicional de forma eficiente pelos magistrados e eventualmente servidores na medida em que:

- pode ocorrer a falta de peças de reposição;
- outro equipamento de mesma marca e modelo para retirada de peças ou;
- outro equipamento similar para substituição.

Considerando os modelos dos equipamentos, também é possível verificar algumas características técnicas, a quantidade e o tempo de uso através do quadro abaixo:

Marca/modelo	Quantidade	Tempo de uso	Memória	Processador	Disco	Protocolo de aquisição
Lenovo T400 / T410 / T430	287	+ 15 anos	4 GB	Core 2 Duo	160 GB HDD	2010/00146794 (Físico)
HP Probook 640 G1	224	11 anos	8 GB	i5	128 GB SSD	0009322-46.2015.8.16.6000
HP Elitebook 840 G3	747	+ 8 anos	8 GB	i5	256 GB SSD	0115357-93.2016.8.16.6000
HP Probook 640 G5	247	5 anos	8 GB	i5	256 GB SSD	0058504-59.2019.8.16.6000

\* Existem outros 16 equipamentos portáteis no parque, de modelos, especificação, e tempo de utilização diversos, em razão de reposição de equipamentos obsoletos por fabricantes, equipamentos adquiridos isoladamente para testes ou ainda eventuais doações recebidas por unidade judiciais .

Somado aos fatos já expostos, o fim do suporte oficial ao Sistema Operacional Windows 10 foi decretado pela Microsoft em outubro de 2025, não havendo mais atualizações de segurança. Dos notebooks existentes no parque, apenas o modelo HP EliteBook 640 G5 possui os requisitos de hardware exigidos pela Microsoft para upgrade ao Windows 11, podendo continuar usando os serviços de rede do Tribunal de Justiça do Paraná.

Diante das nomeações de novos magistrados nos últimos anos, se torna necessário dentre outros

serviços, o fornecimento de um notebook para o desenvolvimento das atividades laborais, principalmente no início da carreira onde o magistrado desempenha suas atividades em mais de uma Comarca. A mobilidade se torna imprescindível. No entanto, esse fornecimento acaba sendo irrealizável devido a indisponibilidade de estoque, onde muitas vezes são utilizados equipamentos diversos daqueles fornecidos aos demais magistrados, fugindo de uma padronização e dificultando a gestão desses equipamentos.

Assim, pretendendo evoluir na experiência dos usuários, objetivando otimizar o cumprimento de suas atribuições através da realização de audiências, reuniões, cursos e palestras por meio de videoconferência, acesso ao PROJUDI, eProc, aos demais sistemas externos ou internos a este Poder Judiciário, vislumbramos a oportunidade para o fornecimento de novos notebooks.

Por fim, entendemos que os equipamentos se tornam obsoletos a partir do momento em que não conseguem acompanhar os avanços da tecnologia, especialmente quanto ao sistema operacional e aos softwares de segurança e deixam de cumprir com a finalidade para a qual foram adquiridos.

## **1.2. JUSTIFICATIVA (ou Contexto Atual)**

A falta de inovação e atualização tecnológica dos ativos de TIC podem promover impactos negativos à sociedade, no meio ambiente e na produtividade, pois equipamentos obsoletos, com processos fabris desatualizados, frente ao momento atual, trazem prejuízo no desempenho dos processos de trabalho e no uso sustentável desses recursos. Também não se pode negligenciar a segurança do equipamento, bem como da rede corporativa e por consequência da informação, pois os modelos mais antigos deixam de sofrer atualizações de todo tipo, face a incompatibilidade com as versões mais recentes do Sistema Operacional ou driver de outros dispositivos de hardware.

Outro bom exemplo, com já citado, é o sistema operacional Windows, que vinha sendo utilizado nos equipamentos do parque tecnológico do TJPR cujo suporte à versão 10 findou em outubro de 2025 e restou apenas o suporte à versão Windows 11 e posteriores, cuja versão recomenda o chip integrado TPM 2.0 para satisfazer adequadamente diversos requisitos de segurança. Este recurso tecnológico não está presente nos equipamentos mais antigos e a implementação de segurança é responsável por tarefas como a geração, armazenamento e uso de chaves criptográficas, bem como auxiliar na garantia da integridade da plataforma executando e armazenando medidas de segurança.

No campo normativo, a Resolução n.º 370/2021 do Conselho Nacional de Justiça, estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), prioriza a importância do Judiciário em proporcionar um atendimento mais eficaz de melhora na experiência e na satisfação do usuário através do estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade dos serviços prestados. O Art.34 da Resolução determina que os itens de infraestrutura tecnológica deverão atender as especificações, temporalidade de uso e obsolescência a serem regulados em instrumentos aplicáveis e específicos e que deverão ser observadas as necessidades estratégicas para que as especificações dos produtos constantes no parque tecnológico estejam adequadas e compatíveis.

Ainda sob esse prisma, a Instrução Normativa nº 196/2024, estabelece normas para o fornecimento, o uso e o recolhimento de ativos de tecnologia da informação disponibilizados aos usuários pela Secretaria de Tecnologia da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná; revogou a Instrução Normativa nº 63/2021 e a partir de então permitiu o fornecimento de

equipamentos de mobilidade para os servidores do Tribunal de Justiça. Desta forma, vislumbra-se um novo público a ser atendido com computadores portáteis.

Assim, nos cabe destacar que o fornecimento de notebooks pelo TJPR agrega maior segurança ao ambiente corporativo, pois, pelo fato de serem fornecidos pela SETI propicia condições de mantê-los atualizados, seguros e monitorados contra possíveis ataques cibernéticos ou pragas digitais. Outra forma de otimizar e melhorar o conjunto diz respeito ao fornecimento de fone de ouvido com microfones para que os usuários possam participar de videoconferências com o uso de um periférico padronizado confortável. Esse periférico pode ser utilizado juntamente com o notebook em qualquer ambiente onde o usuário se encontre, proporcionando privacidade. Para ambientes com muitas pessoas, o fone de ouvido irá propiciar uma participação tranquila sem ser perturbado ou afetar os demais com suas sucessivas videoconferências.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente contratação encontra previsão no Plano de Contratações de Soluções de TIC versão 1.3 para o exercício financeiro de 2026, devidamente apresentado no expediente administrativo SEI nº 0020597-40.2025.8.16.6000, o qual, foi aprovado no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGESTIC), conforme ata registrada no expediente SEI! N° 0033045-60.2016.8.16.6000, doc nº 12756002, item 1, e de igual maneira será encaminhado para apreciação e aprovação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGOVTIC).

### **2.1. CLASSIFICAÇÃO E INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A demanda está registrada na categoria "Licitação, item " PAC.SETI.2026.0023.0001", com valor estimado para o presente exercício financeiro de R\$ 14.671.200,00 (catorze milhões e seiscentos e setenta e um mil e duzentos reais) para a contratação.

Relativamente à Resolução n.º 195/2014 do CNJ, a distribuição orçamentária para o objeto em questão está definida no Plano de Contratações na proporção de 70% para o 1.º Grau e 30% para o 2.º Grau.

A indicação orçamentária é:

- Fonte: FUNREJUS 250/284;
- Rubrica: 4490.5235 – Equipamentos de Processamento de Dados.

### **2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

#### **2.2.1. PEI - Planejamento Estratégico do Poder Judiciário (PEI 2021 – 2026)**

Objetivos Estratégicos Institucionais

02 – Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade;

04 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;

09 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária;

12 – Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados.

## 2.2.2. PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

### Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação

OE.TIC-1: Aprimorar a eficiência operacional através de ferramentas de transformação digital;

OE.TIC-3: Modernizar e fortalecer a Infraestrutura Tecnológica para suporte e segurança das operações do Tribunal

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Categoria	Tipo	Requisito
		1. O fornecedor deverá comprovar experiência anterior no fornecimento desse tipo de equipamento de informática a órgãos ou entidades da Administração Pública, preferencialmente do Poder Judiciário, como forma de assegurar conhecimento das especificidades legais, operacionais e logísticas envolvidas nesse tipo de contratação.
		2. O equipamento deve ser portátil, durável, seguro e compatível com as rotinas de segurança corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Deve permitir que as atividades laborais sejam executas em diferentes ambientes, seja em local fixo nas dependências do Tribunal de Justiça, em teletrabalho ou durante o deslocamento a serviço da justiça. Ainda, devem proporcionar a gravação e reprodução de arquivos de áudio e vídeo, provenientes de videoconferências com fluidez.
		3. Suportar uso simultâneo de softwares especializados, sistemas corporativos e navegadores com estabilidade.
	<b>a. Negócio</b>	4. O fornecedor deverá dispor de estrutura de atendimento técnico eficaz, preferencialmente com cobertura local, para garantir agilidade na solução de eventuais falhas de hardware ou software. Deverá também oferecer garantia mínima exigida, com atendimento on-site, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos equipamentos e garantindo a continuidade dos serviços públicos.

	<p>5. Os equipamentos deverão atender aos requisitos dos projetos estratégicos do TJPR, tais como iniciativas de transformação digital, desburocratização de processos internos, melhoria contínua da prestação jurisdicional e renovação do parque de equipamentos, alinhando-se à visão de inovação e eficiência do Tribunal.</p> <p>6. Os notebooks devem ser plenamente compatíveis com o sistema de gerenciamento de ativos do TJPR, além de permitir a instalação, atualização e gerenciamento remoto por soluções de endpoint management já adotadas pelo Tribunal. Devem, ainda, suportar políticas institucionais de segurança da informação, como controle de acesso, bloqueio remoto e rastreamento de dispositivos.</p> <p>7. Os equipamentos fornecidos deverão ser totalmente compatíveis com o parque tecnológico atual do TJPR, especialmente quanto ao sistema operacional, conectividade de rede, segurança da informação, integração com os sistemas corporativos em uso e vantajosidade econômica no longo prazo. Essa compatibilidade visa assegurar a adoção rápida e eficiente dos equipamentos, sem demandar adaptações complexas ou adicionais.</p>
<b>b. Capacitação</b>	<p>1. Realizar transferência de conhecimento relativo à instalação, gerenciamento, operacionalização, manuseio, configuração e utilização dos equipamentos e seus componentes quando solicitada pelo CONTRATANTE.</p>
<b>c. Legais</b>	<p>1. Conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).</p> <p>2. Observância ao Decreto Estadual nº 10.086/2022 (Paraná).</p> <p>3. Atendimento à Resolução CNJ nº 468/2022.</p> <p>4. Aderência ao Guia de Contratações de STIC do Poder Judiciário.</p> <p>5. Conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).</p> <p>6. Conformidade com a Lei Federal nº 9.609/1998 (Lei de Proteção da Propriedade Intelectual de Programa de Computador).</p> <p>7. Decreto Judiciário TJPR nº 269/2022.</p> <p>8. Instrução Normativa TJPR nº 196/2024.</p>
<b>d. Manutenção</b>	<p>1. Previsão de assistência técnica preventiva e corretiva.</p> <p>2. Suporte remoto e presencial durante o período de garantia.</p> <p>3. Conserto e/ou substituição de equipamentos defeituosos no prazo contratual.</p>

Integrante Demandante		4. Comunicar a CONTRATADA por escrito, sempre que constatar condições inadequadas de funcionamento dos produtos e componentes objeto desta licitação, fazendo constar a causa de inadequação e a ação devida para sua correção.
	e. Temporais	1. Indicar um preposto para atuar como seu representante e interlocutor autorizado a receber, encaminhar e responder questões técnicas, legais e administrativas referentes ao contrato, inclusive para participar de reunião de <i>kick-off</i> após a assinatura do contrato.
		2. O fabricante deverá oferecer garantia mínima de 60 (sessenta) meses on-site para os equipamentos e todos os seus acessórios/periféricos, com suporte técnico nas sedes dos NRI(s). Os equipamentos devem possuir centro de assistência técnica autorizado no Brasil e disponibilidade de peças de reposição por, no mínimo, 5 (cinco) anos após o fim da produção do modelo.
		3. Para o lote total, o prazo de entrega dos equipamentos será de 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato.
		4. Cumprimento de Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço) ou equivalente, definidos no contrato.
	f. Segurança e Privacidade	1. Atender requisitos de segurança da informação estabelecidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná.
		2. Garantir proteção de dados pessoais conforme LGPD.
		1. Visando também gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão de responsabilização ambiental da futura contratada, todo o material e equipamento a ser fornecido e utilizado deverá considerar na composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências), em especial, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto quando não for aplicável.
		2. Produtos com conformidade RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), restrição de substâncias perigosas.
		3. Embalagens recicláveis ou reutilizáveis.
		4. Atendimento ao idioma português nos manuais e interfaces de sistema.



**g. Sociais,  
Ambientais e  
Culturais**

5. Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, bem como aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

6. Ainda, deverá observar as diretrizes para contratação e logística do Plano de Logística Sustentável - PLS (2021 – 2026) do Tribunal de Justiça do Paraná ([https://www.tjpr.jus.br/documents/d/sustentabilidade/-pls-2021-2026-2-edicao\\_-pdf](https://www.tjpr.jus.br/documents/d/sustentabilidade/-pls-2021-2026-2-edicao_-pdf)), que segue em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 400/2021, cujo teor trata da Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário.

**a. Arquitetura Tecnológica**

1. Arquitetura x64 com suporte a 32 bits e a 64 bits, permitindo a utilização de sistemas operacionais de 64 bits e que contenha Unidade de Processamento Neural (NPU), com no mínimo 12 TOPS para a NPU;

2. Deverá possuir tecnologia de gerenciamento Intel vPro®, de maneira a permitir acesso remoto out of band, KVM, inicialização por ISO;

3. Tela plana no formato widescreen com retro iluminação por LED, com área de 14" polegadas na diagonal;

4. Teclado retroiluminado, padrão ABNT2;

5. Câmera do tipo webcam, com resolução Full HD 1080p ou superior, com microfone e dispositivo de privacidade físico integrado, não sendo aceitas soluções adaptadas, improvisadas ou removíveis. No caso da utilização de fechamento eletrônico da lente, deverá possuir LED ao lado da lente indicando o uso da webcam;

6. Conectividade Wi-Fi 6E e Bluetooth 5.1 ou superior;

7. Portas USB tipo A, tipo C e HDMI;

8. Bateria interna de íon-lítio ou superior, com recurso de carga rápida e com duração mínima de 4 H (quatro horas), que deverá ser aferido através do software MobileMark 30 ou superior, com apresentação do relatório por parte da LICITANTE;

9. Chassi construído no todo, ou em parte, com ABS, ligas de magnésio, alumínio, níquel, fibra de carbono ou fibra de vidro, comprovado através de catálogo do produto ou declaração do fabricante do equipamento, ou ainda, por laudo técnico emitido pelo INMETRO, IPT ou outro órgão/instituição reconhecidamente capacitado para avaliação de composições materiais. Não será aceito material de acabamento emborrachado ou similar, que facilmente risque ou seja removido com a higienização por álcool (líquido ou gel);

10. Peso máximo de 1,8 kg (um quilo e oitocentos gramas), com a bateria instalada;

11. Deverá atingir índice de no mínimo 1100 pontos, alcançados através da média de pontos obtidos no aplicativo Bapco MOBILEMARK 30 ou posterior, em DC PERFORMANCE;

12. Tipo DDR-5 SDRAM ou superior; com velocidade de clock de no mínimo 5200 MT/s (MHz) (DDR5) ou superior;

13. Deverá possuir 1 (uma) interface de rede sem fio interna ao equipamento, homologada pela ANATEL, com suporte para padrão 802.11 AX (wi-fi 6E), integrada à placa principal ou via PCI-Express M.2 MiniCard, com suporte às tecnologias WPA2. Somente será aceita antena interna ao equipamento;

14. Possuir um dispositivo de armazenamento, com capacidade de no mínimo 480 Gigabytes do tipo solid state drive (SSD), com interface tipo M.2 PCIe NVMe x4 de 4ª geração ou superior

	<p>15. Os equipamentos devem vir com sistema operacional licenciado, atualizado e em versão compatível com o ambiente corporativo do TJPR (Windows 11 Pro ou versão empresarial equivalente), com suporte a autenticação multifator, criptografia de disco (BitLocker ou similar) e integração com ferramentas de gerenciamento remoto.</p> <p>16. Possuir chip TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior especificada pelo TCG (Trusted Computing Group), soldado à placa principal pelo fabricante do equipamento (não sendo aceito qualquer tipo de adaptador acoplado ou procedimento de inserção após a manufatura da placa-mãe, tais como soldas e adaptações. Deve acompanhar drivers e software para implementação, configuração.</p>
<p><b>b. Conformidade Técnica</b></p>	<p>1. <b>INMETRO</b> – Certificação de conformidade que atesta que um produto ou serviço atende a requisitos de segurança, qualidade e eficiência definidos por normas técnicas brasileiras.</p> <p>2. <b>UEFI (Unified Extensible Firmware Interface)</b> – Substituto do BIOS tradicional, atuando como uma ponte entre o hardware do computador e o sistema operacional, responsável por inicializar a máquina, carregar drivers e preparar tudo antes que o Windows ou Linux suba, oferecendo uma inicialização mais rápida, suporte a discos grandes (GPT), interfaces gráficas (mouse/teclado) e recursos de segurança como o Secure Boot; o fabricante do BIOS deverá comprovar ser membro da Unified Extensible Firmware Interface (UEFI) <a href="http://www.uefi.org/members">http://www.uefi.org/members</a>.</p> <p>3. <b>NIST (National Institute of Standards and Technology)</b> – Os equipamentos devem adotar diretrizes de segurança da informação, especialmente no tocante a criptografia, armazenamento seguro e integridade de firmware; considerando questões de segurança e integridade da BIOS, esta deverá estar em conformidade com a normativa NIST 800-193 ou ISO/IEC 19678:2015.</p> <p>4. <b>ANATEL</b> – Todos os dispositivos que possuam módulos de comunicação (Wi-Fi, Bluetooth, modem 4G etc.) devem estar devidamente homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações; Interface de rede sem fio interna ao equipamento, devidamente homologada, com suporte para padrão 802.11 AX (wi-fi 6E), integrada à placa principal ou via PCI-Express M.2 MiniCard, com suporte às tecnologias WPA2, somente será aceita antena interna ao equipamento.</p>

<b>Integrante Técnico</b>		5. Os equipamentos deverão possuir selo de eficiência energética compatível com padrões nacionais e internacionais (Ex.: Energy Star, EPEAT ou similar), demonstrando compromisso com práticas sustentáveis e redução do consumo de energia.
	<b>c. Projeto e Implementação</b>	1. Documentação técnica detalhada do hardware fornecido.
		2. Adoção de padrões de configuração padronizados para cada um dos itens.
		3. Configuração compatível com políticas de segurança da instituição.
		4. Realizar a supervisão permanente dos serviços em garantia, para obter uma operação correta e eficaz, conferindo a execução dos serviços de forma meticulosa e constante.
	<b>d. Implantação</b>	1. Planejamento da entrega em lote único.
		2. Realizar a supervisão permanente dos serviços em garantia, para obter uma operação correta e eficaz, conferindo a execução dos serviços de forma meticulosa e constante.
		3. Testes de funcionamento antes da entrega definitiva.
		4. Suporte técnico prioritariamente durante a instalação física e vigência da garantia contratual.
		5. O produto deve estar acompanhado da imagem (sem restrição às personalizações) gerada pelo Tribunal de Justiça, contudo, deve possuir disponibilidade para download, no site do fabricante ou fornecedor, dos softwares/drivers de instalação e manual de instruções necessários para o seu funcionamento.
	<b>e. Garantia e Manutenção</b>	1. Os equipamentos (notebooks, mouse, fones de ouvido e mochila) deverão possuir suporte e cobertura de garantia técnica na modalidade “on-site” para todos os itens e acessórios relacionados a solução. O requisito visa assegurar a manutenção rápida e eficiente durante todo o ciclo de vida dos equipamentos, periféricos e acessórios. O atendimento da garantia deverá ser realizado nos Núcleos Regionais de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, localizados nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cascavel, Umuarama, Maringá, Londrina e Jacarezinho. Os serviços de manutenção e reposição de peças devem ser efetuados pelo próprio fabricante do equipamento ou por assistência técnica autorizada pelo fabricante.
		2. Suporte técnico do fabricante com Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço) definido.
		3. Disponibilização de peças originais durante a vigência do contrato.

	<p>4. Registro e acompanhamento de chamados via sistema eletrônico.</p> <p>5. Os prazos estabelecidos nos níveis de serviços serão contados a partir da abertura do chamado, sendo que o primeiro atendimento deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas regimentais e a solução definitiva do problema em até 28 (vinte e oito) horas regimentais. Em conformidade com o item 6. NSE (Nível de Serviço Exigido) contido nas Especificações Técnicas do Objeto (12823062).</p>
<b>f. Capacitação (Técnica)</b>	1. Realizar transferência de conhecimento relativo à instalação, gerenciamento, operacionalização, manuseio, configuração e utilização dos equipamentos e seus componentes quando solicitado pelo CONTRATANTE.
<b>g. Experiência Profissional da Equipe</b>	1. Comprovação de experiência em implantação de parques de TI. O fornecedor deverá comprovar experiência anterior no fornecimento desse tipo de equipamento de informática a órgãos ou entidades da Administração Pública, preferencialmente do Poder Judiciário, como forma de assegurar conhecimento das especificidades legais, operacionais e logísticas envolvidas nesse tipo de contratação.
<b>h. Responsabilidades da Equipe</b>	<p>1. Quando no ambiente do TJPR, manter os seus funcionários sujeitos às normas disciplinares da Instituição, porém sem qualquer vínculo empregatício com o Órgão.</p> <p>2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do TJPR.</p> <p>3. Manter, ainda, os seus funcionários e prepostos identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do TJPR.</p> <p>4. Cumprir e garantir que seus funcionários estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do TJPR (<a href="https://seti.tjpr.jus.br/politica-de-seguranca-da-informacao">https://seti.tjpr.jus.br/politica-de-seguranca-da-informacao</a>).</p> <p>5. Responder pelos danos causados diretamente à administração do TJPR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento e a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo TJPR, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.</p>

	6. Quando nas dependências do TJPR apresentar os funcionários sempre asseados, devidamente trajados e identificados por meio de crachá contendo a respectiva foto, nome completo, matrícula e função, além de provê-los com os equipamentos e materiais necessários a execução do contrato.
<b>i. Formação da Equipe</b>	1. Utilizar funcionários habilitados, treinados e qualificados para os serviços em garantia a serem executados, em conformidade com as normas e determinações vigentes no contrato.
<b>j. Metodologia de Trabalho</b>	1. Uso de metodologias ágeis para fornecimento do objeto.
<b>k. Segurança da Informação e Privacidade</b>	1. Monitoramento centralizado de incidentes.
	2. Compatibilidade com antivírus corporativo homologado.
	3. Adequação integral à LGPD e normas de segurança do CNJ.
	4. Fornecer TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS assinado por preposto da contratada.
<b>l. Demais Requisitos Aplicáveis</b>	1. Suporte multilíngue para softwares de engenharia.
	2. Política de atualização de drivers e firmware validada pelo fabricante.
	3. Integração com ferramentas de videoconferência oficiais.
<b>m. Adesão</b>	1. Não se aplica, pois a aquisição não será processada pelo sistema de registro de preços.

#### 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

Pretende-se a aquisição dos notebooks para substituição e incremento do parque tecnológico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nas seguintes quantidades:

Quantidade Pretendida de Equipamentos	
Destino	Notebooks
Magistrados	976
Tribunal Pleno	35
Salas de Sessão	76
Salas Turmas	21
Recursais	
Secretarias, projetos itinerantes e reserva técnica operacional (NRIs)	92
Total	1200

Apesar da necessidade de substituição dos notebooks com defasagem tecnológica e sem suporte e garantia, como mencionado anteriormente, é necessário prever uma quantidade superior, pois além do uso tradicional pelos magistrados, Salas de Sessões, Pleno e Salas das Turmas Recursais, outros usuários podem receber equipamentos de mobilidade por força da alteração na Instrução Normativa nº 196/2024 que admite o fornecimento desse tipo de equipamento aos servidores.

Face ao exposto, torna-se conveniente sugerir a aquisição do montante de 1.200 (mil e duzentos) notebooks e respectivos mouses, fones de ouvido com microfone e mochilas, considerando todos os demais itens com seus respectivos periféricos e acessórios.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

A seguir descremos acerca das soluções que podem resolver o grande volume de equipamentos que está obsoleto não possui garantia técnica contratual vigente.

### **5.1. CONTRATAÇÕES SIMILARES**

Encontram-se abaixo identificadas as cotações apresentadas por fornecedores cujos objetos atendem as necessidades deste estudo:

Cotação COM-AT 0020/2026-LSB, encaminhada a este Tribunal de Justiça do Paraná pelo POSITIVO Tecnologia S.A., datado de 10/03/2026, para o quantitativo de 1.200 (mil e duzentos) notebooks corporativos, com garantia de 60 (sessenta) meses. Doc. SEI! 12773315; Cotação sem número, encaminhada a este Tribunal de Justiça do Paraná pela TORINO Informática LTDA., datado de 12/03/2026, para o quantitativo de 1.200 (mil e duzentos) notebooks corporativos, com garantia de 60 (sessenta) meses. Doc. SEI! 12773703; Proposta de Preços, encaminhada a este Tribunal de Justiça do Paraná pela ATHENAS Automação Ltda., datado de 19/03/2026, para o quantitativo de 1.200 (mil e duzentos) notebooks corporativos, com garantia de 60 (sessenta) meses. Doc. SEI! 12822708 e Estimativa de Preço nº 077/26, apresentada pela LTA-RH Informática, Comércio, Representações Ltda., datada de 17/03/2026, para o quantitativo de 1.200 (mil e duzentos) notebooks corporativos, com garantia de 60 (sessenta) meses. Doc. SEI! 12822695.

As contratações de outros Órgãos Públicos deixaram de ser contabilizadas por força da grande diferença de preço que vem afetando o mercado e que foi amplamente divulgado e explanado em documentos internos (Nota Técnica nº 001/2026 - SETI (12694802) e Manifestação 12694846).

Contudo, seguem os dados do contrato firmado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para demonstrar as divergências de valores:

Contrato nº 242/2024, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, cujo objeto da contratação é a aquisição de equipamentos do tipo notebook com garantia de 60 (sessenta) meses, incluindo 36 (trinta e seis) meses para a bateria, nos termos do edital, deste contrato e dos seus anexos. Doc. SEI! nº 12777929.

### **5.2. SOLUÇÕES DE SOFTWARE LIVRE OU PÚBLICO**

Não se aplica a presente contratação por se tratar da aquisição de equipamentos e não de soluções de softwares.

### **5.3. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO**

São soluções possíveis para atender a essa demanda:

- SM1 – Contratação de Serviços de Manutenção Corretiva do Parque Existente
- SM2 – Locação de Notebooks
- SM3 – Ausência de Contratação de Manutenção para o Parque Atual de Notebooks
- SM4 – Utilização de Tablets em Substituição aos Notebooks
- SM5 – Aquisição de Novos Notebooks

#### **SM1 - Contratação de Serviços de Manutenção Corretiva do Parque Existente**

Como alternativa à substituição integral dos notebooks atualmente em uso, pode-se considerar a contratação de serviços de manutenção corretiva para tentar prolongar a vida útil dos equipamentos que compõem o parque tecnológico do TJPR. Essa alternativa, no entanto, deve ser cuidadosamente analisada à luz de aspectos técnicos, operacionais, financeiros e de risco, conforme descrito a seguir.

##### ***a) Custo do serviço e viabilidade econômica***

A contratação de manutenção corretiva, especialmente quando voltada a equipamentos antigos e fora de linha, tende a apresentar custos elevados e crescentes ao longo do tempo, devido à dificuldade na obtenção de peças de reposição, à mão de obra mais especializada e à recorrência de falhas.

Além disso, é comum que fornecedores de serviços de manutenção estabeleçam modelos de cobrança por demanda, o que impede a previsibilidade orçamentária e pode gerar aumento expressivo nos custos totais ao longo do contrato.

Quando comparado ao investimento na aquisição de equipamentos novos, com garantia de fábrica e suporte técnico incluso, a manutenção corretiva não se mostra economicamente vantajosa a médio e longo prazo, pois representa um custo contínuo com retorno técnico limitado.

##### ***b) Inexistência ou escassez de peças de reposição***

Grande parte dos notebooks atualmente em uso no TJPR se encontra tecnicamente defasada, com modelos descontinuados pelos fabricantes, o que acarreta indisponibilidade ou encarecimento de peças de reposição, como placas-mãe, telas, baterias e teclados.

Em muitos casos, a única solução viável seria recorrer a peças reconcondicionadas ou de procedência incerta, o que pode comprometer a confiabilidade, a segurança da informação e a integridade física do equipamento.

Tal cenário impõe um risco real à continuidade dos serviços, pois a impossibilidade de reposição inviabiliza a reparação de falhas e limita severamente a eficácia da manutenção corretiva.

##### ***c) Tempo de atendimento e indisponibilidade operacional***



Mesmo com contrato ativo, o tempo médio necessário para execução de reparos em notebooks (triagem, envio à assistência, diagnóstico, aquisição de peças e conserto) costuma variar entre 7 a 20 dias úteis, período durante o qual o usuário permanece sem equipamento funcional.

Essa indisponibilidade operacional compromete diretamente a produtividade dos magistrados e servidores, gerando atrasos em atividades essenciais e aumentando a dependência de soluções paliativas, como empréstimos de equipamentos de reserva, que são limitados.

Por outro lado, equipamentos novos sob garantia técnica geralmente contam com atendimento on-site ou substituição imediata, reduzindo drasticamente esse tempo de resposta.

#### ***d) Obsolescência técnica e incompatibilidade com novas tecnologias***

Ainda que os notebooks antigos sejam eventualmente reparados, permanecem tecnologicamente defasados, com limitações de hardware que os tornam incompatíveis com os sistemas operacionais mais recentes, ferramentas de segurança da informação modernas e softwares corporativos adotados pelo TJPR.

Além disso, a manutenção corretiva não resolve gargalos estruturais de desempenho, como processadores obsoletos, pouca memória RAM ou armazenamento inadequado, o que resulta em baixo rendimento nas atividades diárias.

#### ***e) Riscos à segurança da informação***

Equipamentos antigos e sem atualizações de firmware ou drivers frequentemente se tornam alvos de vulnerabilidades conhecidas, o que compromete a segurança do ecossistema digital do TJPR.

A permanência desses equipamentos em operação, mesmo com reparos pontuais, aumenta o risco de exposição a ataques cibernéticos, acesso não autorizado ou perda de dados institucionais.

### **SM2 - Locação de Notebooks**

Uma outra alternativa possível é a locação (aluguel) de equipamentos de informática por meio de contrato com empresa especializada, que forneça os dispositivos já configurados, com suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva incluídos.

Trata-se de um modelo de contratação que vem sendo adotado por alguns órgãos da Administração Pública, especialmente quando há necessidade de substituição rápida de grande número de equipamentos. No entanto, essa solução também exige uma análise criteriosa quanto aos seus impactos financeiros, operacionais e contratuais.

#### ***a) Custos envolvidos e impacto orçamentário no longo prazo***

A principal desvantagem da locação está no custo recorrente e cumulativo. Embora o valor mensal por equipamento possa parecer competitivo inicialmente, ao se projetar o custo total ao longo do tempo (normalmente 36 a 48 meses), verifica-se que o valor total desembolsado frequentemente supera o custo de aquisição do equipamento equivalente.

Além disso, ao final do contrato, os equipamentos permanecem sob posse da empresa locadora, sem incorporação ao patrimônio público, o que exige a renovação contratual ou nova licitação

para reposição, criando uma dependência contínua do serviço.

Por exemplo, considerando um equipamento intermediário, o custo mensal ficaria em torno de R\$ 500,00 durante 36 meses, o custo final por notebook seria de R\$ 18.000,00 — valor superior ao de aquisição de um equipamento com características similares, que poderia permanecer em uso por 5 anos ou mais como é a prática regular no TJPR.

#### ***b) Vantagens operacionais e logísticas***

A locação pode oferecer vantagens operacionais significativas, tais como:

- Entrega e substituição rápida dos equipamentos;

- Manutenção preventiva e corretiva inclusas no contrato, com prazos definidos em contrato de nível de serviço (SLA);

- Redução de encargos com inventário, controle patrimonial e descarte de resíduos eletrônicos;

- Maior previsibilidade orçamentária de curto prazo.

Esses fatores podem ser vantajosos em projetos temporários, implantações urgentes ou situações em que não seja possível realizar aquisição imediata, atuando como solução de transição.

#### ***c) Limitações contratuais e riscos de dependência***

A locação exige contrato formal com detalhamento técnico rigoroso, cláusulas de penalidades, definição precisa dos prazos de atendimento e substituição de equipamentos. A má elaboração contratual pode levar à entrega de equipamentos de qualidade inferior, lentidão no suporte técnico ou falta de cobertura adequada, gerando impacto direto na operação do TJPR.

Outro ponto crítico é a dependência de um único fornecedor, o que pode afetar a continuidade do serviço caso haja falência, encerramento de contrato ou problemas de *compliance* da empresa.

#### ***d) Risco de equipamentos genéricos ou despadronizados***

Em muitos contratos de locação, especialmente os de menor custo, os equipamentos fornecidos são genéricos, com componentes de diferentes marcas e qualidade variável, o que dificulta o suporte técnico interno, pode gerar problemas de compatibilidade com os sistemas corporativos e aumenta o risco de falhas operacionais.

Além disso, pode haver restrições à personalização de software e limitações de acesso administrativo aos sistemas, dificultando a integração com o ambiente de TI do Tribunal.

#### ***e) Ausência de valor residual e perda de autonomia patrimonial***

Ao final do contrato, os equipamentos são recolhidos pela empresa fornecedora e não geram qualquer valor residual para a Administração. Ou seja, o TJPR não forma patrimônio público nem capitaliza o investimento feito.

Diferentemente da aquisição, que permite o uso prolongado dos equipamentos mesmo após o fim da garantia, a locação impõe um ciclo contínuo de substituição e renovação contratual, com impactos permanentes no orçamento.

### **SM3 - Ausência de Contratação de Manutenção para o Parque Atual de Notebooks**

A hipótese de não renovação do parque tecnológico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

(TJPR), tampouco a contratação de serviços de manutenção corretiva para os equipamentos atualmente em uso, configura um cenário de alto risco institucional, cujas consequências afetam diretamente a qualidade da prestação jurisdicional, a continuidade dos serviços administrativos e a integridade das informações corporativas. A seguir, detalham-se os principais impactos:

***a) Queda acentuada na produtividade e eficiência institucional***

Grande parte dos notebooks atualmente em operação no TJPR já apresenta elevado grau de obsolescência técnica, com desempenho insuficiente para execução de atividades essenciais, como acesso a sistemas processuais, realização de audiências virtuais, análise de documentos digitais, uso de assinaturas eletrônicas e comunicação institucional.

A manutenção de tais equipamentos em uso, sem possibilidade de substituição ou conserto adequado, resultará em redução progressiva da produtividade dos magistrados e servidores, comprometendo metas institucionais, cronogramas de projetos e prazos judiciais.

***b) Aumento das falhas operacionais e interrupções nos serviços***

A ausência de manutenção e a deterioração natural dos equipamentos deflagra falhas recorrentes de hardware, como superaquecimento, travamentos, falhas em disco rígido, degradação de bateria, quebra de telas e problemas de conectividade. Tais falhas tendem a se intensificar com o tempo, especialmente sem suporte técnico especializado, culminando em paralisações parciais ou totais das atividades laborais.

Como consequência, há aumento do tempo de resposta ao cidadão, atrasos em julgamentos, retrabalho e elevação do estresse dos servidores.

***c) Impacto direto na qualidade da prestação jurisdicional***

O TJPR exerce função essencial de prestação jurisdicional à sociedade, sendo a tecnologia da informação um de seus principais pilares operacionais. A indisponibilidade ou mau funcionamento dos notebooks compromete:

- Realização de audiências e sessões virtuais;
- Atividades em regime de teletrabalho ou trabalho híbrido;
- Utilização de sistemas como PROJUDI, SEI, SDP, HERCULES, HERMES entre outros;
- Atendimento remoto ao cidadão e às partes processuais.

Dessa forma, a não renovação do parque tecnológico compromete diretamente a qualidade e a celeridade do serviço público, afetando o princípio constitucional da eficiência e o direito fundamental de acesso à Justiça.

***d) Inviabilidade de adoção de políticas institucionais modernas***

A permanência de equipamentos ultrapassados e sem suporte técnico inviabiliza a implantação de iniciativas institucionais estratégicas, como:

- Ampliação do trabalho remoto e híbrido;
- Transformação digital dos serviços internos e externos;
- Fortalecimento da política de governança de TIC e segurança da informação.

Sem a infraestrutura mínima adequada, o TJPR se vê limitado na adoção de políticas públicas inovadoras e de boas práticas recomendadas por órgãos como o CNJ, o TCU e a ENAP.

***e) Aumento de custos indiretos e passivos ocultos***

Embora à primeira vista a não renovação do parque possa parecer uma forma de contenção de

gastos, ela acaba gerando custos indiretos significativos, como:

- Maior consumo de energia elétrica por equipamentos antigos e ineficientes;
- Necessidade de alocação de técnicos de TI para atendimento constante de problemas;
- Perda de produtividade dos usuários finais;
- Despesas com deslocamento e horas extras para contornar falhas.

Além disso, há riscos jurídicos e reputacionais caso a indisponibilidade dos sistemas prejudique o andamento de processos judiciais ou administrativos, com possibilidade de responsabilização institucional.

#### ***f) Fragilização da segurança da informação***

Equipamentos desatualizados, sem suporte de firmware e fora do ciclo de atualizações de segurança, representam uma porta de entrada para ataques cibernéticos, vazamentos de dados sensíveis e falhas de conformidade com normativas como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Sem renovação ou manutenção, não há como garantir que os equipamentos atuais estejam protegidos contra ameaças modernas, colocando em risco a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações do TJPR.

### **SM4 - Utilização de Tablets em Substituição aos Notebooks**

Dentre as alternativas possíveis à aquisição de notebooks, considera-se a utilização de tablets como dispositivos principais de trabalho para magistrados e servidores do TJPR. Embora os tablets tenham ganhado espaço como ferramentas auxiliares em diversos contextos — principalmente para leitura, mobilidade e comunicação —, é necessário analisar criteriosamente se sua adoção seria suficiente para substituir, de forma eficaz, os notebooks no desempenho das funções típicas do Poder Judiciário.

#### ***a) Vantagens potenciais dos tablets***

Os tablets apresentam algumas vantagens importantes, especialmente em ambientes que demandam alta mobilidade, simplicidade de uso e consumo de conteúdo, tais como:

- Alta portabilidade e leveza, facilitando o transporte e o uso em deslocamentos ou em ambientes como audiências externas e inspeções judiciais;
- Autonomia de bateria prolongada, geralmente superior à de notebooks convencionais;
- Início rápido e atualização automática de aplicativos, com menor risco de falhas em comparação com sistemas operacionais complexos;
- Funcionalidades de anotações manuais, leitura de documentos, acesso rápido a sistemas web e videoconferências leves.

Essas características podem torná-los úteis como equipamentos complementares, especialmente em projetos específicos ou em conjunto com notebooks ou computadores de mesa.

#### ***b) Limitações funcionais e operacionais significativas***

Apesar das vantagens mencionadas, os tablets não atendem integralmente às demandas institucionais típicas de magistrados e servidores, que envolvem atividades intensivas de digitação, multitarefas, manipulação de sistemas complexos e integração com infraestrutura de TI corporativa. As limitações mais relevantes incluem:

Baixa capacidade de processamento e memória para execução de múltiplos sistemas simultaneamente (como PROJUDI, SEI, HERCULES, TEAMS, entre outros), especialmente aqueles que rodam em ambientes virtualizados ou que exigem integração com sistemas locais; Ausência de teclado físico completo e ergonomia reduzida, prejudicando a digitação de peças, sentenças, relatórios e documentos longos; Limitado suporte à virtualização, redes internas, VPNs, impressão e instalação de sistemas legados, dificultando a integração com o ambiente tecnológico do TJPR; Restrições de segurança e gerenciamento, já que o gerenciamento centralizado de dispositivos móveis ainda enfrenta desafios quanto ao controle granular de permissões, bloqueio remoto, auditoria de logs e rastreamento de acessos.

### ***c) Custo-benefício desfavorável como substituto principal***

Embora o custo unitário de tablets possa ser, em alguns casos, inferior ao de notebooks, quando se considera:

- a necessidade de aquisição de acessórios complementares (teclado, caneta, capa protetora, suporte, licenças específicas);
- as limitações de vida útil e desempenho;
- e a provável necessidade de uso de dispositivos adicionais de apoio (como computadores em gabinetes ou estações de trabalho híbridas),

constata-se que o custo-benefício da substituição integral de notebooks por tablets é desfavorável no contexto institucional do TJPR. O tablet pode até se tornar um equipamento auxiliar, mas não substitui adequadamente a versatilidade, a robustez e a capacidade de integração dos notebooks em ambientes complexos e críticos.

### ***d) Impactos na qualidade da prestação jurisdicional e administrativa***

A substituição de notebooks por tablets comprometeria a qualidade da prestação de serviços públicos em diversos aspectos:

- Redução da agilidade na elaboração de documentos judiciais e administrativos;
- Dificuldade de realizar tarefas simultâneas com múltiplas janelas e sistemas;
- Risco de inconsistência de dados ou falhas na comunicação com os sistemas centrais do TJPR;
- Aumento do tempo necessário para execução de tarefas, com reflexo direto na produtividade institucional.

Dessa forma, tal substituição poderia comprometer diretamente a continuidade, eficiência e segurança da prestação jurisdicional, além de gerar desconforto e resistência dos usuários finais, que enfrentariam uma adaptação forçada a uma solução tecnicamente inferior para o propósito.

## **SM5 – Aquisição de Novos Notebooks**

A solução consiste na compra direta de notebooks corporativos de alto desempenho, dimensionados para atender plenamente as necessidades dos magistrados, dos projetos institucionais e, eventualmente, dos servidores do TJPR. Os equipamentos serão adquiridos com especificações técnicas alinhadas aos padrões internacionais de qualidade e segurança (INMETRO, UEFI, NIST, ISO/IEC, ANATEL), garantindo desempenho consistente, segurança da informação e compatibilidade total com o ambiente tecnológico institucional.

A aquisição envolverá também garantia estendida, suporte técnico especializado e serviços de manutenção preventiva e corretiva, com prazos e níveis de serviço definidos em contrato, assegurando máxima disponibilidade e vida útil prolongada.

#### **a) Benefícios da Solução**

##### **I - Operacionais**

Melhoria significativa no desempenho dos sistemas corporativos, com redução de lentidão e falhas.

Suporte pleno ao trabalho híbrido e remoto, sem comprometimento da produtividade.

Padronização de hardware e software, simplificando o gerenciamento de ativos e reduzindo custos de suporte.

##### **II - Estratégicos**

Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) e diretrizes do CNJ, especialmente quanto à digitalização e modernização da prestação jurisdicional.

Maior segurança da informação com suporte a criptografia de disco, autenticação segura e boot protegido.

Integração otimizada com as aplicações críticas do TJPR, como PROJUDI, SEI e sistemas administrativos internos.

##### **III - Econômicos**

Redução de gastos recorrentes com manutenção de equipamentos obsoletos.

Formação de patrimônio institucional com vida útil média prevista entre quatro e cinco anos.

Maior previsibilidade orçamentária, sem despesas mensais recorrentes como ocorre em contratos de locação.

#### **b) Desvantagens e Pontos de Atenção**

Desembolso inicial significativo, exigindo planejamento orçamentário adequado.

Necessidade de processo licitatório completo, com atenção à definição clara de especificações para evitar entregas de qualidade inferior.

Atualização tecnológica limitada pelo ciclo de vida do equipamento (necessidade de renovação ao final da vida útil).

#### **c) Riscos e Mitigações**

##### **I - Riscos identificados:**

Fornecimento de equipamentos incompatíveis ou com desempenho inferior ao exigido.

Obsolescência tecnológica antes do prazo estimado de substituição.

Suporte técnico ineficiente durante o período de garantia.

##### **II - Ações de mitigação:**

Especificações técnicas claras, com exigência de comprovação de fornecimento prévio a outros órgãos públicos.

Garantia mínima de três anos, com SLA de atendimento definido em edital.

Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades em caso de descumprimento de prazos de entrega e manutenção.

## 5.4. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

**AT:** Atende, **N AT:** Não Atende, **N AP:** Não se Aplica, **V:** Viável, **I:** Inviável

Requisito (A solução contratada deve...)	SM1	SM2	SM3	SM4	SM5
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública	AT	AT	N AP	AT	AT
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro	N AP	N AP	N AP	N AP	N AP
A Solução é composta por software livre ou software público	N AP	N AP	N AP	N AP	N AP
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos padrões de governo <b>ePing</b> , <b>eMag</b> , <b>ePWG</b> ?	N AP	N AP	N AP	N AP	N AP
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário ( <b>Moreq-Jus</b> )	N AP	N AP	N AP	N AP	N AP
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade ( <b>MNI</b> ) do Poder Judiciário	N AP	N AP	N AP	N AP	N AP
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do <b>e-ARQ</b> Brasil (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	N AP	N AP	N AP	N AP	N AP
A Solução é aderente às regulamentações da <b>ICP-Brasil</b>	N AP	AT	N AP	AT	AT
Requisitos do Negócio	N AT	N AT	N AT	N AT	AT

Requisitos de Conformidade Técnica	N AT	AT	N AT	N AT	AT
Requisitos Legais	AT	AT	AT	AT	AT
Requisitos Temporais	AT	AT	N AT	AT	AT
Requisitos de Capacidade, Configuração e Desempenho	N AT	AT	N AT	N AT	AT
Requisitos Tecnológicos	N AT	AT	N AT	N AT	AT
Requisitos de Projeto e Metodologia de Trabalho	AT	AT	N AT	AT	AT
Requisitos Ambientais	N AP	AT	N AT	AT	AT
Requisitos de entrega	AT	AT	N AP	AT	AT
Requisitos de Implantação	N AP	N AT	N AP	N AT	AT
Requisitos de Manutenção e Atualização	AT	AT	N AP	AT	AT
Requisitos de Garantia	N AP	N AP	N AT	AT	AT
Requisitos de Nível de Serviço Exigido	AT	AT	N AP	AT	AT
Requisitos de Equipe de Profissionais	AT	AT	N AP	AT	AT
Resultado da Análise	I	I	I	I	V

#### 5.4.1. Soluções inviáveis

##### **SM1 - Contratação de Serviços de Manutenção Corretiva do Parque Existente**

A solução de contratar serviços de manutenção corretiva para prolongar o uso dos notebooks atualmente em operação apresenta sérias limitações quanto à eficácia, economicidade, segurança



e continuidade dos serviços. Embora possa ser considerada em caráter emergencial ou para equipamentos recentemente adquiridos, não se mostra adequada como estratégia principal de renovação do parque tecnológico do TJPR.

A substituição por notebooks tecnicamente atualizados, conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar, constitui solução mais eficiente, segura e alinhada com os objetivos institucionais de modernização, produtividade e sustentabilidade operacional.

### ***SM2 - Locação de Notebooks***

A locação de notebooks pode ser considerada como solução emergencial, provisória ou complementar, especialmente em situações de implementação rápida, projetos de curta duração ou indisponibilidade orçamentária para aquisição imediata.

No entanto, não se apresenta como solução economicamente vantajosa no longo prazo, especialmente quando o objetivo institucional é a renovação ampla e permanente do parque tecnológico, com equipamentos padronizados, integrados ao ambiente corporativo e sob total controle patrimonial do Tribunal.

A aquisição direta, com garantia estendida, padronização técnica e vida útil superior, continua sendo a solução mais eficiente, sustentável e alinhada à estratégia institucional de modernização do TJPR.

### ***SM3 - Ausência de Contratação de Manutenção para o Parque Atual de Notebooks***

A não renovação do parque de notebooks e a ausência de qualquer medida de manutenção corretiva ou preventiva representam um cenário crítico para a continuidade das atividades essenciais do TJPR. Tal decisão não apenas comprometeria a eficiência interna, mas traria prejuízos concretos à sociedade, que depende da prestação jurisdicional célere, segura e eficaz.

Dessa forma, justifica-se plenamente a necessidade de substituição programada dos equipamentos, mediante aquisição de notebooks atualizados, com suporte técnico, padronização e garantia de operação ininterrupta, em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública e com as diretrizes de governança do Poder Judiciário.

### ***SM4 - Utilização de Tablets em Substituição aos Notebooks***

A utilização de tablets como substitutos integrais dos notebooks não se mostra viável, eficiente nem compatível com as exigências operacionais e tecnológicas do TJPR. As limitações de desempenho, integração, ergonomia e compatibilidade impedem que esse tipo de equipamento atenda, de forma satisfatória, às necessidades de trabalho dos magistrados e servidores, especialmente no que diz respeito ao uso intensivo de sistemas corporativos, produção textual e segurança da informação.

Assim, conclui-se que os tablets podem, no máximo, ser considerados como equipamentos complementares ou de apoio em contextos específicos, mas não constituem solução substitutiva adequada para a renovação do parque computacional do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

## **5.4.2. Soluções viáveis**

A aquisição de notebooks corporativos oferece o melhor equilíbrio entre desempenho, segurança, durabilidade e custo total de propriedade quando comparada às alternativas estudadas. Apesar do investimento inicial elevado, o retorno se dá na forma de aumento da produtividade, redução de falhas, maior segurança e suporte pleno às atividades essenciais do TJPR.

A solução permite que magistrados e servidores desempenhem suas funções com agilidade, precisão e continuidade, contribuindo diretamente para a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional, além de estar totalmente alinhada às estratégias institucionais e normativos aplicáveis.

#### **5.4.3. Análise comparativa de custos das Soluções viáveis**

Com base nas cotações recebidas, apresentamos a memória de cálculo referente a aquisição de 1.200 (mil e duzentos) notebooks corporativos sendo:

Cotação POSITIVO Tecnologia S.A.:

Número: COM-AT 0020/2026-LSB

Data: 10/03/2026

Item: Notebook

Marca: Positivo Tecnologia

Modelo: Positivo Master N8450

Quantidade: 1.200 (mil e duzentas) unidades

Prazo de Garantia: 60 (sessenta) meses

Modalidade da Garantia: On-site

Valor Unitário: R\$ 12.452,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais)

Valor Total: R\$ 14.942.400,00 (catorze milhões e novecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos reais)

Validade da Proposta: 30 (trinta) dias

Cotação TORINO Informática Ltda.

Número: Não consta

Data: 12/03/2026

Item: Notebook

Marca: HP

Modelo: Elitebook

Quantidade: 1.200 (mil e duzentas) unidades

Prazo de Garantia: 60 (sessenta) meses

Modalidade da Garantia: On-site

Valor Unitário: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Valor Total: R\$ 14.400.000,00 (catorze milhões e quatrocentos mil reais)

Validade da Proposta: 30 (trinta) dias

Cotação ATHENAS Automação Ltda.

Número: Não consta

Data: 19/03/2026

Item: Notebook

Marca: Lenovo

Modelo: Thinkpad T14

Quantidade: 1.200 (mil e duzentas) unidades

Prazo de Garantia: 60 (sessenta) meses

Modalidade da Garantia: On-site

Valor Unitário: R\$ 23.540,00 (vinte e três mil e quinhentos e quarenta reais)

Valor Total: R\$ 28.248.000,00 (vinte e oito milhões e duzentos e quarenta e oito mil reais)

Validade da Proposta: 30 (trinta) dias

Cotação LTA-RH Informática, Comércio e Representações Ltda.

Número: NãEstimativa nº 077/26

Data: 17/03/2026

Item: Notebook

Marca: DELL

Modelo: ThinPRO 14 (PC14250)

Quantidade: 1.200 (mil e duzentas) unidades

Prazo de Garantia: 60 (sessenta) meses

Modalidade da Garantia: On-site

Valor Unitário: R\$ 30.356,00 (trinta mil e trezentos e cinquenta e seis reais)

Valor Total: R\$ 36.427.200,00 (trinta e seis milhões e quatrocentos e vinte e sete mil e duzentos reais)

Validade da Proposta: 30 (trinta) dias .

Desta forma, considerando os valores unitários informados, apresentamos o quadro a seguir considerando os custos médios estimativos para a aquisição:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário médio	Valor total estimado para a contratação
1	Aquisição de Notebook Corporativo	1.200	19.587,00	23.504.400,00

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Encontram-se identificadas no item 5.4.3. os produtos que podem satisfazer as necessidades da Administração após a prospecção com empresas da área, visando à necessidade descrita neste estudo resultando num valor médio estimativo de R\$ 19.587,00 (dezenove mil e quinhentos e oitenta e sete reais) por unidade.

### 6.1. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Considerando tratar-se de uma aquisição direta, o desembolso financeiro será executado integralmente no momento do pagamento, entretanto deve ser considerada a oportunidade, conveniência e disponibilidade financeira por parte da Administração para a concretização da aquisição.

### 6.2. VALOR TOTAL ESTIMADO

Conforme análise comparativa das soluções, a aquisição de notebooks corporativos oferece o melhor equilíbrio entre desempenho, segurança, durabilidade e custo total de propriedade quando comparada às alternativas estudadas, assim, o valor médio total estimado para a aquisição do objeto é de R\$ 23.504.400,00 (vinte e três milhões e quinhentos e quatro mil e quatrocentos reais).

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme definição apresentada no art. 646 do Decreto Estadual do Paraná n.º 10.086/2022, considera-se solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC bens e/ou serviços de TI que, isolada ou conjuntamente, visam ao alcance dos resultados pretendidos com a contratação. Desta forma, a aquisição sugerida no presente estudo resulta em 1.200 notebooks corporativos, com sistema operacional Windows, acompanhados de mouse, fone de ouvido com microfone e mochila.

Todos os itens com garantia técnica on-site, incluindo os acessórios e periféricos.

Item	Descrição	Quantidade
1	Microcomputadores portáteis do tipo Notebook corporativo, com sistema operacional Microsoft Windows 11, acompanhados de mouse, fone de ouvido com microfone e mochila, com garantia on-site de 60 meses para todos os equipamentos, acessórios e periféricos conforme especificação técnica.	1.200

### 7.1. ASPECTOS DE SUSTENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

#### 7.1.1. Estratégia de Independência Tecnológica

O objeto da presente contratação é diverso ao desenvolvimento de solução/sistema sob encomenda, desta forma, não há transferência de conhecimento tecnológico e os direitos de propriedade intelectual permanecem com o fabricante resguardados por legislação nacional e internacional. O conhecimento sobre os produtos de tecnologia da informação (Notebooks Corporativos) ora utilizados por este tribunal são de domínio dos usuários internos, sendo adquiridos ao longo dos contratos anteriores e ampla relação de treinamento, manuais, artigos disponíveis na internet e manuseio dos produtos.

#### 7.1.2. Transição Contratual

Após o encerramento do período de vigência da garantia dos equipamentos, os resultados esperados com esta contratação precisarão ser reavaliados, portanto, poderá ensejar a necessidade de uma nova contratação. Ao término da vigência da garantia dos equipamentos, não haverá necessidade de estabelecimento de regras de transição contratual, visto tratar-se de um processo de aquisição de bens.

### 7.1.3. Descontinuidade do Fornecimento

Em caso de descontinuidade na prestação dos serviços de garantia dos equipamentos, a empresa estará sujeita às penalidades previstas em edital/contrato e caberá à Administração a decisão de realizar nova contratação ou assumir os riscos de possíveis avarias/falhas nos equipamentos sem suporte do fabricante/fornecedor.

## 8. PARCELAMENTO E ADJUCAÇÃO

### 8.1. PARCELAMENTO DO OBJETO

O objeto da contratação constitui uma solução de TI, compreendendo o fornecimento de equipamentos e a prestação de serviços de suporte e garantia técnica, bem como o ganho de economia em escala, sem prejuízo da ampla competitividade, uma vez que existem no mercado várias empresas com capacidade de fornecer os equipamentos na forma em que estão apresentados.

O objeto da presente contratação deverá ser fornecido por um único fornecedor, conforme definido, abrangendo a execução dos serviços de manutenção, suporte e garantia técnica, bem como o controle e a padronização do parque tecnológico, sob a gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação.

### 8.2. ADJUCAÇÃO DO OBJETO

Tecnicamente não se mostra possível a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de beneficiários do tratamento diferenciado, conforme Decreto Estadual nº 10.086/2022.

A reserva de cotas às ME/EPP leva à contratação de empresas diversas para um mesmo Grupo, o que dificulta sobremaneira a gestão e fiscalização dos serviços, bem como outros transtornos operacionais, em especial aqueles ligados aos procedimentos de suporte e garantia técnica e contratual.

A adjudicação do objeto da presente contratação deverá ocorrer por único fornecedor, a fim de melhor atender a demanda, suporte e garantia.

## 9. RESULTADOS E BENEFÍCIOS PRETENDIDOS

- Assegurar a manutenção rápida e eficiente através da aquisição de equipamentos com suporte e garantia técnica vigente para todo o ciclo de vida;
- Elevar o nível de segurança da informação diante das ameaças cibernéticas através da

atualização dos ativos de tecnologia da informação;

- Disponibilizar equipamento portátil, durável, seguro e compatível com os padrões e rotinas de evolução e manutenção corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

- Aumentar a disponibilidade, produtividade e a prestação jurisdicional através do fornecimento dos recursos de tecnologia da informação novos, modernos e atualizados;

- Diminuir o número de abertura dos chamados técnicos que solicitam manutenção nos equipamentos, frente ao avançado tempo de uso dos atuais;

- Melhorar a experiência dos usuários em videoconferências (audiências, reuniões, cursos e palestras) através do fornecimento de um fone de ouvido com microfone;

- Beneficiar magistrados, servidores e cidadãos devido a atualização tecnológica, que permite a criação de serviços inteligentes, inovadores e compatíveis com a infraestrutura de tecnologia da informação do TJPR;

- Estar preparado para os desafios que as novas tecnologias e serviços impõe.

## **10. PROVIDÊNCIAS PREVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **10.1. ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE E ESPAÇO FÍSICO**

Considerando se tratar de aquisição de notebooks corporativos, sendo em sua grande maioria para substituição dos existentes no parque, não vislumbramos necessidade de adequação num primeiro momento.

O espaço inicialmente destinado ao recebimento e guarda dos bens será distribuído entre os Núcleos Regionais de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, localizados nas cidades de Curitiba (capital), Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cascavel, Umuarama, Maringá, Londrina e Jacarezinho. Os serviços de manutenção e reposição de peças devem ser efetuados pelo próprio fabricante do equipamento ou por assistência técnica autorizada pelo fabricante.

### **10.2. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA**

Não há necessidade de adequação da infraestrutura para utilização da solução, a existente será reaproveitada, ainda, por tratar-se de equipamento para mobilidade, a infraestrutura a ser utilizada não necessariamente será as existentes nas dependências do TJPR.

### **10.3. INFRAESTRUTURA ELÉTRICA**

Por se tratar de aquisição de notebooks corporativos para substituição dos atuais equipamentos, não foram identificadas necessidades de adequações de infraestrutura elétrica.

#### **10.4. LOGÍSTICA DE IMPLANTAÇÃO**

Toda a logística de distribuição e substituição dos notebooks corporativos localizados nas diversas comarcas do Estado será realizada pela Divisão dos Núcleos Regionais de Informática da Coordenadoria de Qualidade e Relacionamento com o Usuário da Secretaria de Tecnologia da Informação e demais Núcleos Regionais de Informática existentes, mediante reunião preliminar de ajuste para definição do calendário de execução das atividades.

#### **10.5. CAPACITAÇÃO OU TREINAMENTO**

Por se tratar da aquisição de notebooks corporativos não há necessidade de capacitação ou treinamento, contudo, caso surjam dúvidas, os canais de atendimento da Secretaria de Tecnologia da Informação estarão à disposição dos usuários

### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

Durante os estudos não foram identificadas contratações internas correlatas ou interdependente que afetem a pretensão da presente contratação.

### **12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas e podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, onde todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, do Governo Federal, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

A Contratada também deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010 para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

Os objetos a serem contratados não apresentam riscos identificados de impactos ambientais. No final do ciclo de vida, quando os bens forem considerados inservíveis para o TJPR, eles ainda possuem relativo valor para o mercado, podendo ser objeto de leilões ou reaproveitados por

entidades reconhecidas como de interesse público, delegacias, escolas ou bibliotecas municipais/estaduais ou também em outros órgãos públicos interessados em receber os bens, como ocorre atualmente.

Para aquisição de novos equipamentos há previsão nos editais de especificações solicitando produtos que estejam em conformidade e/ou que possuam certificações que comprovem o impacto reduzido ao meio ambiente para produção dos equipamentos e embalagens utilizadas.

Dentre os requisitos exigidos, a Contratada deverá observar:

- Estar contribuindo para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988;
- Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileiras de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- Utilizar embalagens que sejam fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, bem como que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto e recicladas, caso a reutilização não seja possível.

### **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Após criteriosa análise técnico-funcional, econômica e estratégica das alternativas disponíveis para a renovação do parque computacional móvel do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), optou-se pela aquisição de notebooks corporativos como a solução mais adequada, segura e eficiente para atender às necessidades institucionais atuais e futuras.

#### **Razões que motivaram a escolha da alternativa**

A escolha da aquisição direta dos notebooks baseia-se na convergência entre viabilidade técnica, sustentabilidade econômica e aderência funcional ao ambiente tecnológico e estratégico do TJPR. Durante o processo de estudo, foram examinadas outras alternativas, como:

- Contratação de manutenção corretiva para o parque atual;
- Locação de equipamentos por meio de terceiros;
- Substituição dos notebooks por tablets.

Contudo, essas opções apresentaram limitações técnicas, riscos operacionais, altos custos de médio/longo prazo e insuficiência funcional para o desempenho pleno das atividades jurisdicionais e administrativas.

A manutenção de equipamentos antigos, além de onerosa e tecnicamente limitada, não resolve problemas estruturais de desempenho e segurança. A locação, embora com benefícios pontuais, mostrou-se economicamente desvantajosa ao longo do tempo e carente de vantagens patrimoniais. Já os tablets, mesmo com maior mobilidade, não apresentam a robustez, a compatibilidade e a ergonomia necessárias para tarefas complexas e multitarefa.

Em contrapartida, a aquisição de notebooks corporativos atualizados possibilita maior controle tecnológico, redução de riscos, eficiência orçamentária, além de atender de forma plena às exigências de desempenho, segurança da informação, compatibilidade com os sistemas



institucionais e continuidade da prestação dos serviços.

### **Benefícios da solução escolhida**

A solução adotada — aquisição de notebooks com padrão corporativo, garantia técnica e suporte — proporcionará ao TJPR os seguintes benefícios mensuráveis e alinhados aos princípios da Administração Pública:

#### **a) Eficiência:**

Equipamentos com alto desempenho, maior capacidade de processamento, memória e armazenamento, otimizando o uso de sistemas corporativos, como PROJUDI, ePROC, SEI e HÉRCULES.

Redução significativa de falhas técnicas e de tempo de inatividade, aumentando a disponibilidade dos usuários.

#### **b) Eficácia:**

Atendimento pleno às necessidades de trabalho remoto, híbrido e presencial, assegurando a continuidade das atividades jurisdicionais e administrativas.

Suporte integral aos projetos institucionais estratégicos, como transformação digital, interoperabilidade de sistemas, expansão de serviços online e produtividade da magistratura.

#### **c) Efetividade:**

Maior integração ao ambiente tecnológico institucional, com notebooks padronizados, compatíveis com o ecossistema do TJPR e com suporte aos protocolos de segurança (UEFI, NIST, ISO/IEC).

Adoção de equipamentos que permitirão aumento direto na qualidade da prestação de serviços ao cidadão, garantindo maior agilidade nos trâmites e decisões judiciais.

#### **d) Economicidade:**

Aquisição com garantia estendida e suporte técnico incluso, reduzindo custos futuros com manutenção e substituições emergenciais.

Formação de patrimônio público com vida útil estimada superior a quatro anos, permitindo maior controle financeiro e orçamentário.

#### **e) Alinhamento estratégico:**

A proposta está em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJPR, com foco em equipamentos energeticamente eficientes e com menor impacto ambiental. Atende às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto à digitalização dos serviços judiciais, segurança da informação e governança de TIC.

Contribui diretamente para os objetivos estratégicos institucionais de excelência na prestação jurisdicional, valorização de pessoas e modernização da gestão pública.

### **Conclusão Final**

Diante do exposto, e após a análise criteriosa das alternativas disponíveis para a renovação do

parque de equipamentos computacionais móveis do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), restou evidenciado que aquisição de notebooks corporativos tecnicamente atualizados e compatíveis com os padrões institucionais do TJPR representa, de forma inequívoca, a solução mais eficaz, segura, economicamente viável e alinhada aos objetivos institucionais da Justiça Estadual.

A alternativa de manutenção corretiva do parque atual demonstrou-se insustentável diante da obsolescência técnica, da escassez de peças, da crescente indisponibilidade operacional e dos riscos à segurança da informação, além de gerar custos indiretos e improdutividade progressiva.

A análise da locação (aluguel) de notebooks, por sua vez, revelou-se inadequada como solução permanente, especialmente pelo custo recorrente elevado, ausência de incorporação patrimonial, dependência de fornecedores e incertezas contratuais. Ainda que viável em contextos pontuais ou temporários, não atende ao propósito de renovação estrutural e estratégica do parque computacional do TJPR.

Por fim, a substituição por tablets mostrou-se técnica e funcionalmente insuficiente para as necessidades institucionais, uma vez que tais dispositivos não suportam com qualidade as atividades críticas exercidas por magistrados e servidores, especialmente no que diz respeito à utilização intensiva de sistemas complexos, à digitação de documentos jurídicos, ao trabalho multitarefa e à integração com o ambiente corporativo do Tribunal.

Nesse contexto, a aquisição de notebooks tecnicamente atualizados, com garantia estendida, suporte técnico qualificado, conformidade com normas regulatórias (INMETRO, ANATEL, NIST, ISO/IEC, UEFI) e total compatibilidade com o ambiente de tecnologia do TJPR é a única alternativa capaz de:

- Promover a modernização tecnológica da instituição;
- Garantir a continuidade e a eficiência da prestação jurisdicional;
- Assegurar a produtividade de magistrados e servidores;
- Suportar os projetos estratégicos e de transformação digital em andamento;
- Reduzir riscos operacionais, jurídicos e de segurança da informação;
- Maximizar o retorno sobre o investimento público.

A proposta atende plenamente aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, além de estar alinhada aos instrumentos estratégicos do Poder Judiciário.

Trata-se, portanto, de uma decisão tecnicamente fundamentada e institucionalmente necessária, que permitirá ao TJPR manter sua capacidade operativa em níveis adequados, fortalecendo sua missão de oferecer uma justiça acessível, célere e moderna à sociedade paranaense.

Dessa forma, conclui-se que a contratação para aquisição de novos notebooks deve ser priorizada como solução principal e estruturante, de modo a assegurar a estabilidade, a eficiência e a evolução tecnológica do TJPR, em estrita observância aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

## **ANEXOS**

## ANEXO I – LISTA DE POTENCIAIS FORNECEDORES

Fabricante	Representante	Informações
HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Grupo Torino	Site: <a href="http://www.grupotorino.com.br">www.grupotorino.com.br</a> Contato: Marcello Tanabe / Rosi Oliveira Telefone: 15 99148-9313 / 48 99131-4100 Email: <a href="mailto:tanabe@grupotorino.com.br">tanabe@grupotorino.com.br</a> / <a href="mailto:rosi@grupotorino.com.br">rosi@grupotorino.com.br</a>
HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	HP Brasil	Site: <a href="http://www8.hp.com">www8.hp.com</a> Contato: Maurício Misumi Telefone: 11 99654-6569 / 11 2933-7047 Email: <a href="mailto:mauricio.misumi@hp.com">mauricio.misumi@hp.com</a>
Dell Computadores do Brasil Ltda.	LTA-RH Informática	Site: <a href="http://www.lta-rh.com.br">www.lta-rh.com.br</a> Contato: Alexandre Piano Telefone: 61 99831-2967 Email: <a href="mailto:comercial@lta-rh.com.br">comercial@lta-rh.com.br</a>
Dell Computadores do Brasil Ltda.	Dell Computadores do Brasil Ltda.	Site: <a href="http://www.dell.com/pt-br">www.dell.com/pt-br</a> Contato: Antonieta Monteiro Telefone: 51 99245-5426 Email: <a href="mailto:antonieta.monteiro@dell.com">antonieta.monteiro@dell.com</a>
Lenovo Tecnologia (Brasil) Ltda.	Athenas Automação Ltda.	Site: <a href="http://www.athenasautomacao.com.br">www.athenasautomacao.com.br</a> Contato: Ricardo Hackmann Telefone: 51 99971-3466 Email: <a href="mailto:ricardo@athenas.inf.br">ricardo@athenas.inf.br</a> / <a href="mailto:athenas@athenasautomacao.com.br">athenas@athenasautomacao.com.br</a>
Lenovo Tecnologia (Brasil) Ltda.	Lenovo Brasil	Site: <a href="http://www.lenovo.com.br">www.lenovo.com.br</a> Contato: Rodrigo Oliveira Telefone: 51 98045-2296 Email: <a href="mailto:roliveira1@lenovo.com">roliveira1@lenovo.com</a>
Positivo Tecnologia S.A.	America Corp	Site: <a href="http://www.americacorp.com.br/p/positivotecnologia.html">http://www.americacorp.com.br/p/positivotecnologia.html</a> Contato: Cleverson Marqueti Telefone: 41 8882-1379 Email: <a href="mailto:cleverson@americacorp.com.br">cleverson@americacorp.com.br</a>
Positivo Tecnologia S.A.	PositivoTecnologia	Site: <a href="https://www.positivotecnologia.com.br/">https://www.positivotecnologia.com.br/</a> Contato: Leandro Sant´Ana Belli Telefone: 41 3209-7509 Email: <a href="mailto:leandrob@positivo.com.br">leandrob@positivo.com.br</a>

Assinam o presente Estudo Técnico Preliminar os seguintes membros da Equipe de Planejamento da Contratação:

Paulo Henrique Waromby, Técnico em Computação / Coordenador de Qualidade e Relacionamento com o Usuário, Matrícula 16372 e



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE WAROMBY**, **Coordenador de Qualidade e Relacionamento com o Usuário**, em 25/03/2026, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO HYPOLITO BRAGA CALDEIRA**, **Técnico em Computação**, em 25/03/2026, às 18:15, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.

Nº de Série do Certificado: 9083239288758078503

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **12822753** e o código CRC **AEFA8CD5**.

---